



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5305, DE 2020

Altera o art. 316 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal, para excepcionar a regra relativa à revisão da prisão preventiva, a que alude o dispositivo, e prever a prévia oitiva do Ministério Público.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



Senado Federal  
Gabinete do Senador Eduardo Braga

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera o art. 316 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal, para excepcionar a regra relativa à revisão da prisão preventiva, a que alude o dispositivo, e prever a prévia oitiva do Ministério Público.



SF/20147.16421-60

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 316 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 316.** .....

§ 1º Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão, de ofício, revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada e ouvido previamente o Ministério Público, sob pena de tornar a prisão ilegal.

§ 2º A revisão de que trata o § 1º deste artigo não se aplica aos processos de réus reincidentes em crimes hediondos ou equiparados, previstos na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, e aos que apurem crimes cometidos por organização criminosa.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

No último mês de outubro, André Oliveira Macedo, conhecido como *André do Rap*, um dos maiores traficantes do país e líder da organização criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital (PCC), teve a sua



Senado Federal  
Gabinete do Senador Eduardo Braga

prisão preventiva relaxada pelo Ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal.

A soltura, concedida liminarmente em *habeas corpus* e sem a oitiva do Ministério Público, baseou-se no fato de não ter sido feita a revisão da prisão cautelar no prazo de 90 dias, estipulado no parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal (CPP). Observa-se, assim, que o Ministro se valeu de uma interpretação literal do referido dispositivo processual para embasar sua decisão.

Lembramos que não obstante a decisão do Ministro Marco Aurélio, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que a garantia da ordem pública se legitima quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa (HC 155199 AgR e HC 167565 AgR) e quando houver fundada probabilidade de reiteração criminosa (HC 122090).

Entendemos que a soltura do referido criminoso somente ocorreu porque a norma processual tem uma brecha que permite a indesejada interpretação literal e porque não são previstas, de modo claro, exceções à regra. É preciso, portanto, aperfeiçoar a redação do art. 316 do CPP, pois não é possível permitir que criminosos de alta periculosidade sejam colocados em liberdade e fujam em seguida, como o fez o *André do Rap*. Situações como essa retiram a credibilidade da justiça e semeiam a sensação de impunidade.

Nesse sentido, estamos propondo que antes da revisão de que trata o art. 316, o processo seja previamente encaminhado ao Ministério Público, medida que permitirá que se aponte a necessidade ou não da manutenção da prisão preventiva. Além disso, na linha do já decidido pelo STF, estamos excepcionando a revisão nos casos de processos envolvendo réus reincidentes em crimes hediondos ou equiparados ou nos que apurem crimes cometidos por organização criminosa.

Certos de que o presente projeto de lei aperfeiçoará a nossa legislação processual penal, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA



SF/20147.16421-60

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal - 3689/41  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1941;3689>
  - artigo 316
- Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990 - Lei dos Crimes Hediondos - 8072/90  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8072>